

CIDADES INTERCULTURAIS: DIVERSIDADE E ACOLHIMENTO NAS FRONTEIRAS

Débora Fittipaldi Gonçalves¹

Hanae Caroline Quintana Shiota²

Lorena de Andrade Barbosa³

Suellen Alencar Rufino da Silva⁴

Resumo

O presente estudo aborda sobre os territórios fronteiriços e as interações promovidas pela interculturalidade. A pesquisa busca discutir sobre a influência da cultura nestes espaços e os impactos das migrações nessas cidades, nos âmbitos sociais, políticos e econômicos. Para tanto, utilizou-se o método indutivo, sendo o estudo de natureza descritiva e exploratória com uma abordagem qualitativa. O aporte teórico deu-se pela revisão de dissertações, artigos e livros que embasaram a temática. Desse modo, objetiva-se analisar a interculturalidade nos territórios fronteiriços, a partir de uma perspectiva solidária e de acolhimento. A investigação revelou que esses espaços, marcados por encontros, vivências e trocas culturais entre grupos humanos, podem propiciar um ambiente de acolhimento a fim de promover o crescimento e desenvolvimento dessas regiões de fronteira. Esse pluralismo nas cidades fronteiriças possibilita a integração do indivíduo, mesmo diante de suas particularidades linguísticas, crenças e valores, contribuindo, assim, com um ambiente de respeito, diálogo e acolhimento.

Palavras-chave: Interculturalidade; Acolhimento; Cidades fronteiriças.

INTERCULTURAL CITIES: DIVERSITY AND WELCOME AT BORDERS

Abstract

This study addresses border territories and interactions promoted by interculturality. This paper seeks to discuss the influence of culture in these spaces and the impacts of migrations in these cities, in the social, political, and economic spheres. A descriptive and exploratory nature study was made, using the inductive method with the concept of qualitative methodology. The theoretical basis was carried out through master thesis, papers, and book reviews that based the subject matter. In that way, the objective is to analyze the interculturality in cross-border territories from a solidary and receiving perspective. The inquiry revealed these spaces, marked by encounters, experiences, and cultural exchanges among human groups, can provide an accepting environment in order to promote growth and development in cross-border areas. The pluralism in border cities enables the integration of the individual, despite its linguistic peculiarities, beliefs, and values, contributing to an environment of respect, dialogue and acceptance.

Keywords: Interculturality; Welcoming; Border cities.

¹ Pós-Doutora em Desenvolvimento Local e Pós-Doutora em Turismo. E-mail: defittipaldi@uems.br. <https://orcid.org/0000-0002-4664-8174>

² Mestre em Desenvolvimento Local. E-mail: hanae_shiota@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6841-7334>

³ Mestre em Desenvolvimento Local. E-mail: lorenaandrade1702@yahoo.com. <https://orcid.org/0009-0008-5896-7077>

⁴ Mestre em Desenvolvimento Local. E-mail: suellenalencar.advocacia@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3806-2744>

Introdução

As regiões fronteiriças se constituem como espaços de confluência marcados pela complexidade das relações que ali se estabelecem. Assim, trata-se de um espaço cujos diferentes grupos culturais e étnicos estão constantemente dividindo e trocando experiências, fato que acarreta a construção de uma territorialidade singular e dinâmica.

A compreensão das formas de apropriação e uso dos espaços, isto é, o estudo e a teorização de territórios e territorialidades, mostra-se um importante recurso para a elaboração de planejamentos e estratégias de desenvolvimento territorial. Para além, desbravar as peculiaridades dos territórios configura uma oportunidade enriquecedora capaz de estimular a visão crítica da realidade social, expressa nas relações de poder que se projetam sobre uma determinada materialidade espacial.

No que toca às cidades de fronteira, especialmente aquelas entre Estados-nações, é possível perceber um conjunto de territórios de existência concomitante e simultânea, formado em camadas, redes e escalas, que se desenvolvem desde o âmbito individual até o nacional. O ponto focal do fenômeno nessas localidades reside na sua especialidade, na medida em que, não raras vezes, acaba sobrepujando a noção de limite espacial definido pela política e pela geografia, para, então, dar ensejo à criação de dinâmicas territoriais repletas de hibridismo, heterogeneidades e complexidades.

Trata-se, então, de espaços que oscilam entre dois polos: de um lado existe a proximidade geográfica entre as cidades, e; de outro, inequívocas diferenças identitárias, culturais, sociais, políticas, históricas e ideológicas. Fato é que o surgimento desses territórios, vale dizer, a apropriação desses espaços pelos sujeitos/atores, implica, necessariamente, na vivência com o outro de forma a demandar alteridade, diálogo e respeito.

É nesse cenário aparentemente confuso e antagônico que se destaca a importância da interculturalidade. A própria localização geográfica impõe o surgimento de um ambiente plural, no qual o contato com o outro é inevitável e, assim, os grupos sociais devem aprender a tolerar, respeitar e dialogar entre si. Mas não só, a interculturalidade também faz com que ocorram trocas, intercâmbios e compartilhamentos.

Desta forma, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a interculturalidade nos territórios fronteiriços a partir de uma perspectiva solidária e de acolhimento. Para tanto,

utilizou-se do método indutivo, com abordagem qualitativa, caracterizando-se a pesquisa como descritiva e exploratória. O aporte teórico se deu pela revisão de dissertações, artigos e livros que embasaram a temática.

A primeira seção deste artigo apresenta e discute os conceitos de território e territorialidade, os quais são pressupostos lógicos para a compreensão da dinâmica espacial peculiar do objeto de estudo. A segunda seção, por sua vez, apresenta e contextualiza as noções de cultura e interculturalidade; e, por fim, na terceira seção trata sobre o acolhimento no contexto das cidades fronteiriças.

Territórios, territorialidades e suas fronteiras

Os conceitos de território e de territorialidade, referentes aos modos à apropriação e de uso dos espaços, têm alçado um lugar de destaque e despertado o interesse de estudiosos e pesquisadores, conduzindo a uma reflexão acerca processos contemporâneos experimentados no seio da sociedade, especialmente os relacionados à globalização e sua instigante tendência de homogeneização.

O espaço é, de fato, um pressuposto fundamental para a concepção das teorias sobre território e territorialidade, principalmente por configurar a materialidade na qual elas se desenvolvem e produzem seus efeitos. Entretanto, a sua própria definição não se apresenta em unanimidade, sequer entre os geógrafos, na medida em que, ao longo do tempo, foram apresentadas várias dimensões do fenômeno, as quais, naturalmente, aprofundaram o debate sobre sua essência e caracterização.

Raffestin (1993) entende que o conceito de território é precedido, necessariamente, pela noção de espaço. Na sua visão, o espaço pode ser comparado à matéria-prima, a partir da qual o território é produzido pela intenção e pelo movimento de sua apropriação pelos sujeitos, isto é, por meio de relações de poder.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações

marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Na mesma linha de pensamento de Raffestin (1993), Corrêa (1998, p. 251) sustenta que o “território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas”, reafirmando a ideia de que o conceito de território é subordinado à organização espacial, vale dizer, o espaço.

Lado outro, Lefebvre (2000) propõe a teoria da produção do espaço, ressaltando que a mera noção de espaço físico não é capaz de exprimir a complexidade da sua realidade, e, por conseguinte, este deve ser entendido a partir da sua tríplice constituição: percebido-concebido-vivido. Para o autor o espaço é produzido socialmente, por meio de práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação, portanto, através de uma dialética tridimensional. Nesse sentido, para Lefebvre (2000), o conceito de espaço não pode ser dissociado da realidade social, de onde pode se afirmar que o autor caminha na contramão das teorias fragmentárias.

Embora Lefebvre (2000) não mencione o território, suas ideias em muito se aproximam da concepção territorial. Salienta Haesbaert (2007, p. 21-22), ao abordar questões de território e territorialidade, que “o que diferencia a produção do espaço lefebvreana das dinâmicas de territorialização aqui enfocadas é uma simples questão de foco, centralizado mais, aqui, nas relações de poder que constituem aquele espaço”.

Assim, valendo-se das contribuições de apropriação do espaço de Raffestin (1993), bem como da produção do espaço (social) de Lefebvre (2000), percebe-se que a definição de território pressupõe, forçosamente, a existência de relações de poder e suas projeções e reflexos sobre a materialidade física em que se encontram, condicionadas pela realidade social e, na mesma medida, pelo período vivido.

Albagli (2004, p. 26) compreende o território como “o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões”. Portanto, o território, não restrito somente à sua dimensão concreta, refere-se à apropriação dos sujeitos sobre um determinado espaço, percebido em diferentes escalas e formações socioespaciais.

Haesbaert (2007) aprofunda suas reflexões sobre ditas relações de poder para, então, afirmar que o território “diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação,

quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2007, p. 20-21).

Assim, o território se apresenta em um processo complexo, dinâmico e contínuo de dominação/apropriação do espaço, o que abrange desde as concepções formais, decorrentes, por exemplo, da geopolítica e da economia, até as relações subjetivas, sociais e culturais. Haesbaert apresenta essas duas vertentes pelas denominações de funcionalidade e simbolismo e salienta que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de ‘funções’ quanto na produção de ‘significados’” (HAESBAERT, 2007, p. 23).

Em convergência ao pensamento dos autores citados, Souza (2009, p. 59) afirma que “o que define o território é, em primeiríssimo lugar, o poder” e, por tal razão, a sua dimensão política-geográfica é a que primeiro se destaca, mas não exclui outras, como a cultural e econômica, fato que reflete sua complexidade e dinamismo.

Para mais, o autor reconhece a importância da materialidade, do substrato espacial e suas formas para a compreensão do fenômeno, entretanto assevera que a sua essência reside no exercício do poder e, portanto, o território não se confunde com o substrato material que lhe serve de suporte. Nesse tocante, Souza (2009, p. 66) compara o território a um campo de forças: “ele é, obviamente, um aspecto, uma dimensão do espaço social, e ele depende, de várias maneiras, da dimensão material do espaço; mas ele é, em si mesmo, intangível, assim como também o poder é impalpável, como relação social que é”.

A territorialidade, por sua vez, encontra suas bases na identidade e no pertencimento dos sujeitos com o território. Ela “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (Raffestin 1993, p. 158) e, conseqüentemente, proporciona o surgimento de sentimentos e simbologias que, de forma subjetiva, garantem “a apropriação e permanência de um dado território por determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas” (CORRÊA, 1998, p. 251-252).

Albagli (2004) acentua que a territorialidade implica na compreensão das relações entre os sujeitos e seu meio de referência, o que acaba por gerar um sentimento de pertencimento e um modo de agir particular no âmbito do espaço geográfico. A autora

entende a territorialidade enquanto um atributo humano e, como tal, apresenta-se cambiante em relação à sociedade em que estão inseridos os sujeitos, bem como ao tempo vivido.

Para Haesbaert (2007, p. 25), a territorialidade é mais que uma abstração que se refere às “propriedades gerais reconhecidamente necessárias à existência do território” que parte da compreensão epistemológica do fenômeno, mas é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico, “enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território”. Assim, o autor entende a territorialidade num sentido mais amplo do que o território, isto é, a territorialidade compreende tanto a dimensão simbólica do território quanto representa a condição genérica para sua existência.

A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida. (SAQUET, 2009, p. 90)

A vista de todo o aporte teórico, seria então possível reconhecer territórios e territorialidades particulares das áreas fronteiriças, isto é, realidades sociais representadas por relações de poder que transcendem os limites de espaço fixados pela geopolítica e soberania das nações. Por um lado, a proximidade física entre cidades e seus habitantes e, por outro, a diferença de jurisdições nacionais, com todos os seus consectários e identidades, dão origem a um cenário singular no qual a alteridade é posta em prática na vida diária.

Nesses locais, emergem dinâmicas territoriais que ignoram as fronteiras políticas: os atores se apropriam, reciprocamente, de forma subjetiva, coletiva, cultural e até econômica dos espaços dos dois lados limítrofes; o território vivido acolhe e, ao mesmo tempo, rejeita sujeitos/atores distintos, que carregam suas próprias identidades, ideologias, pensamentos e histórias; o espaço social se dissocia completamente das amarras geopolíticas; nasce uma nova forma de identidade local, particular e específica das cidades vizinhas; institui-se um sentimento de pertencimento, de forma a consolidar a permanência dos atores no local e passa também a regular o modo agir. Nas fronteiras, então, estabelecem-se outros tipos de relações de poder, que demandam respeito e atenção por representarem não apenas a cultura

e a identidade desses povos, diferentes, porém unidos pela proximidade, como também por todo o complexo de simbologias que desperta e envolve.

Cultura e Interculturalidade

A cultura possui suas diversas maneiras de entrelaçamentos, pode ser feita várias modalidades desde sua essência, desde o natural até os seus símbolos que são variados. Estes, formam um patrimônio, de propriedade própria do local, assim, “cultura pode ser entendida como um conjunto de crenças, valores e técnicas para lidar com o meio ambiente, compartilhando entre os contemporâneos e transmitidos de geração em geração” [...] (BENI, 2001, p. 86).

Recorrendo a Fleuri (2001, p. 7-8) a “[...] cultura indica um conceito plural [...] a cultura envolve ao menos três componentes: o que as pessoas pensam, o que praticam e o material que produzem”. Esse pluralismo envolve os povos indistintamente, se desenvolvendo na sociedade, envolta do individualismo e particularidade, destacando a individualização, territórios e suas territorialidades. O conveniente é que mesmo em alguns aspectos, o individualismo e a particularidade estão conectados entre os indivíduos, de forma a beneficiar a expansão da cultura de forma proeminente, sugerir uma composição básica da cultura envolvendo o meio estrategicamente fundamentado e participar diretamente na relação indivíduo e cultura.

A partir das últimas décadas do século XX formou-se, no seio da sociedade contemporânea, uma consciência em oposição ao modelo homogeneizante de desenvolvimento adotado pela sociedade industrial. Essa consciência pressupõe e requer a construção/aplicação de conhecimentos que contemplem, respeitem e integrem as diversidades, entre elas a diversidade cultural (BELINAZO; JACOMELLI, 2006; CLAVAL, 2007; THOMAZ, 1995) presente nos grupos humanos. Neste sentido, Mauricio Langon (2003, p. 77) afirma que:

Cada cultura constitui-se num processo histórico concreto de cada grupo humano, em sua experiência de relacionar-se com suas geografias e com outros grupos, constituindo nessa história seu modo peculiar de

simbolizar, de perceber, de sentir, de estabelecer relações, de valorar e, em definitivo de pensar, que “sobredeterminam” a experiência de suas novas gerações, pautando sua perspectiva peculiar. Cada grupo humano tem se forjado num processo histórico diferente [...].

Diante da pluralidade de culturas e enfoques que podem e são utilizados para o seu estudo, surgem os diferenciados conceitos que se propõem à explicação das culturas que permeiam o espaço social contemporâneo, espaço este constituído por grupos humanos que constroem e vivenciam os elementos culturais peculiares aos seus modos de vida. Este espaço remete, à princípio, ao espaço geográfico ou território, isto é, o espaço onde acontecem as relações culturais, sociais, econômicas e políticas entre os atores que atuam neste contexto espacial (SIEDENBERG, 2006).

Rogério Costa (2004) amplia a concepção de *espaço* para território simbólico, o *locus* referencial que propicia a construção de identidades. Para o mesmo autor, a concepção de território está calcada em duas dimensões indissociáveis, a dimensão cultural ou simbólica e a dimensão econômico-política ou material.

Perante um contexto de diversidade cultural e étnica, a noção de interculturalidade emerge e assume um papel central nas discussões e debates dentro e fora do âmbito acadêmico, pois se trata de um paradigma que não apenas reconhece o “outro”, mas também busca estabelecer relações de respeito, acolhimento e diálogo entre grupos distintos.

Como se refere Walsh (2005), a interculturalidade não é um simples contato entre culturas, e sim um intercâmbio que se estabelece em condições de equidade. Em sua perspectiva, ressalta que este é um conceito e prática que não podem ser reduzidos a uma mera mescla de elementos, tradições características ou práticas culturais distintas, mas se trata de um processo dinâmico, permeado por criação, tensões e em constante construção.

Em suas contribuições sobre o tema, Catherine Walsh (2012) também amplia as discussões sobre interculturalidade ao destacar três perspectivas acerca deste conceito: relacional, funcional e crítica. O conceito de interculturalidade relacional refere-se ao contato e intercâmbio entre culturas distintas inseridas em um determinado espaço, mas destaca que, por vezes, esta categoria tende a ocultar ou minimizar os conflitos das relações (WALSH, 2012).

Já em relação a interculturalidade funcional, esta centra-se no reconhecimento da diversidade e da diferença cultural, visando a inclusão das mesmas no interior das estruturas sociais estabelecidas. No entanto, apesar de buscar o diálogo, convivência e tolerância, essa lógica funcional acaba se configurando como uma nova estratégia de dominação na medida em que não questiona as assimetrias sociais (WALSH, 2012).

Distintivamente a tais noções, a interculturalidade crítica parte da questão do poder colonial e como este constrói as diferenças de forma racializada e hierarquizada, permeando todas as esferas da vida social. Partindo deste fato, a interculturalidade crítica se constituiu como um projeto político, social, ético e epistêmico que visa questionar as estruturas e dispositivos de poder que corroboram para a manutenção da desigualdade, inferiorização, racialização e discriminação nas suas mais diversas manifestações (WALSH, 2012).

Desta forma, a interculturalidade pode ser interpretada como instrumento para romper com a tendência homogeneizante das culturas e para o estabelecimento de vínculos cooperativos e solidários, além de compreender os diálogos estabelecidos por sujeitos cujos elementos culturais se atravessam e se entrelaçam.

Cidades fronteiriças e acolhimento

Abordar a temática de fronteiras é analisar suas diferentes nuances. Isso porque, muitos debates em torno desta questão se acentuam, quer seja pela problemática social que permeia esses territórios fronteiriços, como ponto de migração, lugar de crimes, passagem de drogas, armas, mercadorias e até mesmo tráfico de pessoas, e também pelos aspectos econômicos, políticos e sociais intrínsecos.

A região de fronteira perpassa por muitas vivências culturais, conflitos, encontros, miscigenação de povos, agentes sociais e políticos, que influenciam as cidades fronteiriças e a vida cotidiana dos moradores. Sob essa ótica, nota-se que a fronteira e suas diversas vertentes não podem ser encaradas como produto tão somente do Estado (ALBUQUERQUE, 2016).

Isto posto, destaca-se a denominação de fronteiras em movimento, pode ser descrita como a interação das imigrações nas regiões fronteiriças, as quais “vêm sendo tratadas como

áreas de identidades híbridas e ambíguas (hibridismo cultural), pois se configuram em um espaço de misturas e fluxos culturais” (SOUZA; DE OLIVEIRA, 2014, p. 71).

Dessa forma, as fronteiras não se resumem a uma demarcação de territórios e limites, e nem simplesmente uma passagem para entrada e saída de uma nação, mas possuem diversas dimensões e processos que devem ser analisados e compreendidos.

Conforme Albuquerque (2008, p. 3):

Os processos migratórios são deslocamentos fronteiriços, pois os contatos com outras realidades sociais criam barreiras e produzem travessias e fluxos culturais. De uma maneira mais específica, entretanto, compreendo a imigração fronteiriça como os deslocamentos populacionais nas zonas de fronteiras entre países vizinhos. Os imigrantes fronteiriços, com exceção das ocasiões de guerra ou outros conflitos diplomáticos entre a nação de origem e de destino, continuam mantendo muitos contatos com seu país e permanecem se comunicando em seu idioma nativo.

Em relação a esse aspecto, ao retratar a questão do idioma nas fronteiras brasileiras, constata-se um plurilinguismo, uma vez que os imigrantes permanecem com o seu dialeto de origem. Assim, nestes espaços a questão linguística é bastante diversa, sendo muito presente a língua espanhola e portuguesa, e as línguas indígenas do Paraguai e da Bolívia (STURZA, 2005).

A partir desta abordagem, percebe-se que os fluxos interculturais presentes nas cidades fronteiriças ocorrem por meio de encontros, experiências, integração e acolhimento, rompendo com as diferenças históricas e sociais construídas ao longo do tempo. Contudo, os desafios são inúmeros neste novo contexto, o choque cultural e a adaptação daqueles que se aventuram a sair do seu espaço de origem e embarcar em um novo lugar nem sempre será fácil.

Nessa perspectiva, verifica-se que há processos de cooperação e acolhimento nas cidades fronteiriças, mesmo diante de contextos tão diversos enfrentados pelo imigrante. “O seu esforço para compreender e se situar da forma mais informada e adequada possível relativamente à sua envolvente, de modo a tornar a sua adaptação numa experiência positiva e vantajosa” (LEITE, 2009, p. 27).

É salutar explicitar, que muitos migrantes se deslocam para as cidades fronteiriças brasileiras à procura de melhores condições de vida ou muitas vezes fugindo da crise política

e econômica de seu país. Assim, tais espaços recebem continuamente um fluxo de pessoas de diversos lugares em busca de acesso a várias áreas.

Revela-se que nas regiões fronteiriças entre Paraguai, Bolívia e Brasil existem contatos culturais, sociais, econômicos e políticos que facilitam a integração e o acolhimento, exemplificando, têm-se as questões agrícolas e o gasoduto. Em relação ao gasoduto, Bolívia e Brasil, verifica-se que passa pela cidade da Bolívia e percorre algumas cidades brasileiras, tornando pontos de interações, fluxo de pessoas e bens. Já na região do Paraguai e Brasil notam-se as situações rurais presentes (SOUZA; DE OLIVEIRA, 2014).

Desse modo, conforme o autor Niño (2020), quando são propiciados meios dignos de integração, os indivíduos que chegam de outros lugares, podem oferecer mão de obra e desenvolvimento, promovendo o crescimento econômico de tais espaços. “Por exemplo, alguns dos venezuelanos que chegam a cidades fronteiriças como Cúcuta, Pacaraima e Boa Vista, têm educação universitária, o que pode beneficiar a falta de profissionais em algumas áreas” (NIÑO, 2020, p. 63).

Com isso, nota-se que essas imigrações promovem a interculturalidade com os moradores locais, uma vez que tais interações com o espaço e os grupos humanos, permite que haja trocas culturais, sociais e econômicas.

Diante deste cenário, salienta-se que as fronteiras estão em constante dinamismo, o que impacta no modo de vida dos atores locais. Ao abordar essa questão, as autoras dissertam:

A fronteira é um lugar que sofre constantes mudanças, pois nela há comunidades que influenciam a transformação espacial conforme suas necessidades. Quanto mais se produz, mais o espaço é modificado, e quanto mais o espaço se modifica, maior é a necessidade de produção. Essas alterações valem tanto para as comunidades que moram ali, quanto para as multinacionais que se estabelecem nessas regiões ou próximas a elas. (SOUZA; DE OLIVEIRA, 2014, p.79)

Em relação a tais fatores surge a necessidade proeminente de solidariedade e ações de acolhimento em prol dos migrantes, uma vez que tais pessoas podem contribuir para o desenvolvimento das cidades fronteiriças. Este acolhimento engloba a aceitação inclusive de sua língua de origem, ao invés da imposição do dialeto local.

Consoante a isso, no contexto em que se decorrem várias culturas, como nas cidades fronteiriças, o acolhimento implica a aceitação e o aprendizado das línguas diversas faladas, e não simplesmente a imposição do idioma do lugar. Acolher é mobilizar ações concretas e reais, evitando assim a promoção de condutas xenófobas, racistas e preconceituosas por parte dos moradores locais (DE LIMA; FERNANDES, 2019).

O acolhimento nas cidades fronteiriças implica a consolidação de políticas de proteção e integração dessas pessoas que chegam nesses locais, para que consigam se inserir nessa comunidade e contribuam para o desenvolvimento da região. Acolher é propiciar condições dignas de vida, é aceitar a sua cultura, sua língua e peculiaridades, é promover um ambiente de respeito e diálogo.

Considerações finais

Em uma análise geral, verifica-se que a pesquisa trilha no sentido de apresentar inicialmente a concepção de território e territorialidade. De fato, grande parte das fronteiras entre nações são invisíveis, fictícias, até mesmo simbólicas. É correto considerar a existência de marcos, pontes, rios, paisagens acidentadas etc, que cumprem a função de indicar os limites jurisdicionais, porém, a realidade é que o espaço físico permanece dividido somente pelo jogo de poder internacional. Nesse sentido, cidades em zonas fronteiriças, não raras vezes, formam uma continuidade espacial e, assim sendo, ostentam uma realidade social deveras peculiar.

Nesses espaços, floresce um universo rico de territórios híbridos, contínuos e sobrepostos, repletos de heterogeneidades, singulares em sua existência e plurais em sua composição, aptos a propiciar lugares de encontro e de confronto. Observa-se, também, movimentos de territorialidades fortes que conectam as pessoas ao lugar e, então, conectam as pessoas umas às outras, criando verdadeiras redes que conciliam, e às vezes expõem, as diferenças existentes.

Diante deste cenário, o estudo evidencia que, dada a complexidade cultural das regiões fronteiriças, a interculturalidade emerge e se apresenta como um elemento que propicia a transformação de realidades, na medida em que prima pelo reconhecimento da alteridade. Ao abrir caminhos para o respeito, diálogo, bem como relações de troca, a

interculturalidade aponta para uma nova maneira de pensar os diversos âmbitos da sociedade.

Com base em tudo isso, conclui-se que os fluxos migratórios que ocorrem nas cidades fronteiriças são dinâmicos e propiciam um contexto de experiências, trocas e interações culturais entre grupos humanos. Desse modo, faz-se necessário promover um ambiente de respeito e acolhimento neste espaço, por meio da consolidação de políticas e ações concretas.

De fato, alguns desafios são inerentes a esses processos migratórios, como barreiras e choques linguísticos, de costumes e de crenças do local. Além de tais obstáculos, o migrante ainda pode se deparar com o preconceito, a imposição cultural e a exclusão por parte dos moradores do local.

Dessa forma, é fundamental investir em políticas de cooperação e acolhimento, pois o migrante pode contribuir operando em áreas defasadas profissionalmente, favorecendo, assim, o desenvolvimento e crescimento econômico do local. No mais, a aceitação da diversidade cultural e incentivo de acordo entre países, pode promover benefícios para a população e para as cidades fronteiriças.

Referências bibliográficas

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinicius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília, DF: SEBRAE, 2004. p. 23-69.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. Morar. **Na Fronteira E Pensar A Integração**. Somos todos irmãos? Reflexões sobre a percepção da integração regional na Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai / [recurso eletrônico] Jayme Benvenuto ... [et al.]. Foz do Iguaçu: Jayme Benvenuto, 2016.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. Imigração em territórios fronteiriços. In: **Congresso Português de Sociologia**. 2008. p. 1-13.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. Ed. 6. São Paulo: SENAC, 2001.

BELINAZO, Denadeti Parcianello. JACOMELLI, Jussara. Diversidade e Hibridismo sociais: bases do desenvolvimento regional. **REV. FAE**, Curitiba, v. 09, n.02, p.1-12, jul/dez. Disponível em :
http://www.unifae.br/publicacoes/fae_v9_n2/01_denadeti_jussara_diversidade.pdf. Acesso em: 9 jun. 2022.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 3ª. Ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. Ed. 4. São Paulo: Editora Hucitec/Anpur, 1998. p. 251-256.

DE LIMA, José Carlos Franco; FERNANDES, Gilmara. **MIGRANTES EM RORAIMA (BRASIL): A MASSIFICAÇÃO DOS TERMOS ACOLHER E ACOLHIMENTO. Migrações contemporâneas: reflexões e práticas profissionais**, p. 32, 2019.

FLEURI, Reinaldo Matias. Desafios à educação intercultural no Brasil: Culturas diferentes podem conversar entre si. In: **III Seminário de pesquisa em Educação da região sul**. Porto Alegre: UFRGS-ANPED – CD rom, 2000. p. 1-15.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, 2007, p. 19-45.

LANGON, Mauricio. Diversidade Cultural e Pobreza. In: SIDEKUM, Antônio. (org.) **Alteridade e Multiculturalismo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. p. 73-88.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Ed. 4. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEITE, Maria José Peraboa. **Reterritorialização**. Home e fronteiras - recursos em prol de uma estratégia de inserção no país de acolhimento. 2009. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

NIÑO, Edgar Andrés Londoño. Migração, Cidades e Fronteiras: a Migração Venezuelana nas Cidades Fronteiriças do Brasil e da Colômbia/Migration, Cities and Borders: Venezuelan Migration to Brazilian and Colombian Border Towns. **Espaço Aberto**, v. 10, n. 1, 2020, p. 51-67.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Ed. 1. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p. 73-94.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Ed. 1. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p. 57-72.

SOUZA, Rita de Cássia Martins; DE OLIVEIRA, Ana Rita Fidelis. As cidades fronteiriças na América do Sul: polêmicas e conflitos com o centro oeste brasileiro. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 10, n. 1, 2014, p. 67-87.

STURZA, Eliana Rosa. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2, 2005, p. 47-50.

THOMAZ, Omar Ribeiro. A antropologia e o mundo contemporâneo: cultura e diversidade. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/UNESCO, 1995.

WALSH, Catherine. **La interculturalidad en la Educación**. Lima, Peru: Ministerio de Educación, 2005.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez, 2012.